

Ata nº. 194

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e dezanove, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu no Salão engenheiro Coelho e Silva, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Penela.-----

Presidiu o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Fernando dos Santos Antunes, sendo secretariado por David Fernandes Duarte (1º. Secretário) e Adriana Filipa Carnoto Santos (2º. Secretário).-----

Presenças: Estiveram presentes todos os senhores deputados da Assembleia Municipal: Fernando dos Santos Antunes, David Fernandes Duarte, Emídio Domingues, Anabela Faria Mendes Monteiro, Marta Sofia Coelho Ramos, Luís Alberto Fernandes dos Reis, Adriana Filipa Carnoto Santos, Sara Margarida Rasteiro Rodrigues Marmé, Manuel Alegre, Arménio Avelar Luís, António Manuel Mendes Lopes, Olga Sofia Antunes da Silva, João da Paz Pires, Januário Pereira Antunes, Maria Fernanda Mendes Francelino Simões e os Presidentes de Junta de Freguesia da Cumieira, do Espinhal, de Podentes e da União de freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal, respetivamente: Fernando Manuel Ferreira Calado, Luís Oliveira Henriques Dias, Anabela Cristina Pereira dos Santos e Maria do Nascimento Rasteiro Marmé.-----

Participação dos membros da Câmara: A Câmara Municipal fez-se representar por Luís Filipe da Silva Lourenço Matias, Presidente da Câmara.-----

Abertura da Sessão: O Presidente da Assembleia, **Fernando dos Santos Antunes**, fez a abertura da sessão começando por cumprimentar o Presidente da Câmara, Luís Filipe da Silva Lourenço Matias, os Deputados Municipais e público presente. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Dando continuidade à sessão, foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior, em virtude de ter sido previamente distribuída a todos os elementos, estando em conformidade com a minuta respetiva, pelo que foi a mesma aprovada por unanimidade dos membros que estiveram presentes na última sessão e assinada.-----

De seguida deu conta da correspondência recebida no período compreendido entre um de março a trinta abril 2019, de acordo com o disposto a alínea m) do nº 1 do artº. 29. da lei nº. 75/2013 de 12 de setembro. -----

Realçou alguma de maior importância. -----

Aberto o período “antes da ordem do dia”, inscreveram-se os seguintes membros da Assembleia Municipal, a quem foi dada a palavra:-----



- A deputada **Anabela Monteiro**, disse pretender aproveitar o momento para deixar os parabéns ao Centro Cultural da Cumeeira, pela realização de duas atividades realizadas. A limpeza de resíduos em vários pontos da freguesia, realizada no dia 23 de março. Ação como esta deveriam haver mais, pois infelizmente existe ainda muita gente sem a consciência de que este tipo de questões ambientais são um problema para as gerações vindouras. A segunda atividade foi a realização do terceiro trail rota da broa, no passado domingo, que trouxe mais de trezentos atletas àquela freguesia, que testemunharam tão belos trilhos e que foi promovida pelo Centro Cultural da Cumieira. Agradeceu aos parceiros envolvidos, como a Câmara de Penela, Kunituna, Junta de freguesia e alguns elementos da comunidade que se disponibilizaram para ajudar. -----
- A Presidente da União de Freguesias São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal, **Maria Marmé**, agradeceu à Câmara Municipal, o evento realizado no domingo passado, o mercado do queijo e dos Romanos, que teve muita gente durante o dia, deixando os produtores e stands muito satisfeitos. -----
Relativamente ao primeiro seminário sobre o queijo Dop Rabaçal, realizado no museu romano, que contou com cerca de quarenta e cinco pessoas, disse ter sido muito bom, lamentado apenas terem estado presentes poucos produtores. Esteve presente o Presidente da associação AproRabaçal, Fernando Brás, pessoa humilde e trabalhadora, sendo o maior produtor de leite do concelho, sendo gratificante a existência daquele tipo de instituições. -----
Agradeceu também aos funcionários da Câmara Municipal, tendo sentido muito orgulho de todos eles, pois durante os dias de sexta-feira e sábado trabalharam arduamente, salientando o facto do campo, local onde se realizou o mercado, se encontrar cheio de lama, o que obrigou a União de Freguesias a colocar lá tout-venant. Sem eles nada teria sido possível. -----
- Chamou a atenção para a existência de um buraco na rua que dá para a farmácia, tendo pedido aos funcionários da junta de freguesia que o reparassem e lá colocassem um pouco de tout-venant, pois estava muito mau. -----
- Disse ter já falado a pessoal para colocar a armação para a toponímia, dizendo ao Presidente da Câmara para, quando achar por bem, lhe fazer chegar as placas. -----
- Ainda sobre o mercado do queijo, pediu ao Presidente da Câmara esclarecimentos pois chegou-lhe um boato, que considera muito desagradável, de que a Câmara Municipal pretende acabar com a sua realização, embora não acredite. É anfitriã daquele mercado do queijo desde que se candidatou à junta de freguesia em 2009, assim como o engenheiro Paulo Júlio, tendo sido uma promessa que hoje é uma realidade com êxito, pelo que não poderá acabar. *Andámos sempre de mãos dadas com a Câmara Municipal, tendo inclusive escolhido o nome para o evento em conjunto.* -----
- A deputada **Marta Ramos**, disse pretender deixar uma pequena nota pois, às vezes, esquecemo-nos de novas situações importantes. Esteve presente, no dia 18 de abril, em que se comemorou o *dia Internacional dos sítios e monumentos*, na vila romana de São Simão onde já não ia há muito tempo,





A

que se encontra em plena escavação. Trata-se de um projeto ainda com muito caminho para andar, mas muito semelhante ao da Villa Romana do Rabaçal, sendo muito interessante acompanhar o evoluir destes projetos, que começam do nada e vão evoluindo. Gostou muito do que viu sendo que se trata de um trabalhos com muitos anos pela frente. É bom ver nascer tais projetos onde não se via nada, já existem telas e continua-se a escavar. Salientou a valorização do património que temos, e deste em especial do qual não temos noção. É um trabalho que não se vê do início, mas que daqui por uns anos terá outra visão e protagonismo. É uma casa senhorial, que existiu naquele local. Resumindo, as festas e feiras interessam ao concelho mas temos muito mais cultura, felizmente. -----

- Referiu também o facto de se ter chegado ao fim do mês de abril, o mês azul da “prevenção dos maus tratos na infância”, que culminou hoje com um enorme laço humano, azul, que contou com a colaboração das escolas, a Cerci e a Santa Casa da Misericórdia. Foi realizado todo um conjunto de atividades conjuntas. Nas comemorações do dia da dança os maus tratos foram lembrados. Foi feito um laço azul enorme, que correu muito bem sem confusão e com muita organização. Chegou assim ao fim um mês tão importante. -----

- O deputado **João Pires**, reiterou o que foi dito, nunca sendo demais enaltecer o trabalho das instituições ou entidades, que trabalham no sentido de promover o concelho e as terras da região. Por detrás das atividades existem muitas pessoas anónimas, que trabalham e ajudam para que as mesmas consigam ir avante. Salientou algumas atividades em que participou e pode avaliar, entre os quais o “trail do Infante”, com muito boa organização e o mercado do queijo e dos romanos que esteve muito bem. -----

O “trail rota da broa”, também muito bem organizado embora com menos possibilidades Por isso, deixou uma palavra de apreço a todos os que estão na organização e permitem o seu êxito.-----

Disse pretender fazer duas perguntas, relativamente à limpeza das faixas de gestão florestal contra incêndios. No seu entender, acha que a responsabilização da limpeza das faixas, junto aos caminhos municipais, deve ser dos proprietários. Deve ser feita até março e quando assim não for, devem ser os proprietários notificados sobre tal incumprimento. Nesses casos, a Câmara Municipal procederá à respetiva limpeza e envia a conta ao proprietário incumpridor, esperando vir a ser ressarcida. Das limpezas que viu, efetuadas durante o mês de abril, ouviu alguns comentários que não gostou, pois não foram abonatórios para nenhum dos presentes nesta sala. Nesse sentido, disse gostar de ser esclarecido, perguntando se está correto quanto à sua opinião/raciocínio do procedimento e se estão a ser cumpridos todos os preceitos legais. -----

- O deputado **Emídio Domingues**, que apresentou um voto de pesar, pelo falecimento do Dr. António Manuel Arnaut, que foi cabeça de lista do PS na Assembleia Municipal entre 1985-1993. O seu falecimento tocou a todos, porque era um amigo do concelho a quem certamente tinha ainda muito para dar. -----



A

Terminada a sua intervenção, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o assunto à discussão.---
Interveio o deputado Mendes Lopes, que disse estar de acordo com a proposta, sendo da opinião que o texto deverá ser apresentado pela bancada do PSD por ter sido de sua iniciativa, referindo que embora se tenha lembrado do assunto nada preparou, referiu que o Der. Manuel Arnaut, foi candidato a esta Assembleia Municipal, desconhece se cumpriu ou não o seu mandato. O voto de pesar faz todo o sentido, pois era uma pessoa que gostava da sua terra natal, escolhendo em vida que a sua residência perpétua fosse no cemitério da Cumeeira, sua freguesia, para onde vieram as suas cinzas, para junto dos seus. Face a tal acontecimento trágico e perante a morte, todos nos vergamos, pelo que todos estamos de acordo. Todos eram amigos dele e sabia lidar com todos nós, de forma afável, no seu dia-a-dia.-----

O Deputado **David Duarte**, referiu que o Dr. António Manuel Arnaut foi seu colega no Liceu D. Duarte, uma pessoa da sua idade e com quem conviveu. Recorda-se dele quando passou pela Universidade de Coimbra e da sua atividade enquanto advogado, com quem estabeleceu alguns contactos. Era uma pessoa muito divertida e amigo do seu amigo, achando ser merecida a atribuição do voto de pesar, até porque era uma pessoa jovem, que nos deixou muito cedo e que foi também deputado na Assembleia Municipal de Penela. Pediu por isso que a Assembleia Municipal lhe prestasse uma pequena homenagem, propondo um minuto de silêncio, de pé, proposta que foi cumprida.-----

De seguida tomou a palavra o deputado **Mendes Lopes**, que cumprimentou todos os presentes e enalteceu os eventos ocorridos no fim-de-semana, parabenizando a Câmara, Juntas e instituições envolvidas. Enfatizou os eventos ocorridos na freguesia da Cumieira, nomeadamente o trail da rota da broa da Cumieira, enaltecendo o papel da deputada Anabela Monteiro, que tanto trabalhou e ajudou, contribuindo assim para o seu êxito dos mesmos.-----

Ainda sobre o assunto do falecimento do Dr. António Arnaut, sugeriu à Câmara Municipal, que a casa onde nasceu, ao lado da dos seus pais e onde viveu na adolescência, no lugar da Venda das Figueiras, fosse adquirida pela Câmara Municipal e tornada casa museu, ligada à vida e obra de António Arnaut. A mesma poderia ser valorizada e ligada à sua vivência, pois trata-se de um aspeto histórico e cultural com valorização para o concelho, sendo que essa casa nem sequer é propriedade da família direta do Dr. Arnaut mas de sim de parentes. Também a junta de freguesia se poderá envolver no assunto. Referiu que, por mero acaso, durante o velório do Dr. Manuel Arnaut, encontrou o senhor Ricardo Palaio, dono da casa, e lhe ter falado sobre o assunto e perguntando-lhe a sua opinião. O mesmo respondeu-lhe estar disponível para esse efeito, caso a família esteja de acordo. No seu entender, a Câmara Municipal deve fazer pressão, para que a casa, ou as casas, sejam colocadas ao serviço do Município, pois será uma pena e uma perda se assim não acontecer.-----

A deputada **Sara Marmé**, falou do BUPI, fazendo um resumo do que foi o ano de 2018. Referiu que o objetivo foi o aumentar o conhecimento do território e dos seus proprietários e limites de



propriedade, para melhor os proteger e contribuir para reforçar o ordenamento do Território. Informou que o projeto incidiu sobre dez municípios, com diferentes características geográficas, tendo sido iniciado em novembro de dois mil e dezassete. Deu conta da área da área do concelho georeferenciada, até ao momento, comparativamente com a dos restantes municípios aderentes ao projeto piloto. Informou que o projeto e respetiva gratuitidade emolumentar que lhe foi associada, foi prorrogada até dezembro do corrente ano pelo que, deixou o alerta para quem ainda não o fez efetuar a georreferenciação dos seus prédios e/ou divulgue a continuidade do projeto, sendo que continuam ao dispor para o fazer dois técnicos, distribuídos por Penela e pela Cumeeira. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, falou sobre a comemoração do dia 25 de abril, que decorreu no Espinhal, na futura casa da cultura Oliveira Guimarães. Foi uma cerimónia singela, mas muito bonita, enaltecendo a ideia da Câmara Municipal em descentralizar o evento, que desde sempre se comemorou. Enalteceu também a riqueza das intervenções, nomeadamente a da deputada Olga e a do deputado Emídio Domingues, num momento bonito e sentido, com intervenções das figuras institucionais do Município e também da atual proprietária da casa, Dr.^a Paula Guimarães, que apresentou o projeto e a dinâmica que se lhe pretende inserir. É algo extremamente importante para o Espinhal e para o concelho, motivo pela qual não quis deixar de referir-se a esse acontecimento, pela comemoração descentralizada e pela riqueza da apresentação de um projeto de grande alcance cultural para o concelho. -----

Esteve também no passado Domingo, no mercado do queijo e do Romanos, nomeadamente no colóquio, que achou bastante construtivo, lamentado ter pouca participação, sobretudo da fileira dos produtores, embora a presença das quarenta e cinco pessoas fosse salutar e importante. Foi mais um dia importante para o Rabaçal e com certeza que é boato falso o acabar desta iniciativa. As coisas boas são para se manter, e esta é-o, pois valoriza a área agroalimentar, envolvendo parceiros importantes, desde a Apro Rabaçal, aos produtores e às Terras de Sicó. -----

De seguida deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. -----

O mesmo começou por responder à intervenção da deputada Anabela Monteiro, dizendo reconhecer o interesse e capacidade do Centro Cultural em organizar eventos, registando com satisfação o da limpeza da freguesia, esperando que a ação sirva de inspiração ao próprio município e se estenda a outras freguesias do concelho. Disse ter sido convidado e participou, tendo sido uma boa iniciativa. ---

Respondendo à Presidente de Junta, Maria Marmé, sobre o mercado do queijo e dos romanos, que foi um sucesso e para si uma novidade pois nunca tinha feito campanha, para as eleições Europeias, ao lado dum candidato da oposição, o que revela muito o que é a democracia. O Pedro Marques, de quem é amigo, saiu daqui muito satisfeito pela forma como foi recebido por todos nós, dando sentido ao comemorado no dia 25 de abril. -----



Disse registar o primeiro Seminário do queijo DOP, muito participado, não obstante terem estado presentes poucos produtores de leite mas estiveram algumas queijarias presentes. Deixou uma palavra de apreço à AproRabaçal, pela participação na organização.-----

Sobre o tapar buracos acha bem que a União e Freguesias o faça. Sobre a toponímia informou que as placas estão prontas é uma questão de pedir aos técnicos que as disponibilizem, sugerindo que solicite apoio no acompanhamento e na colocação dado ser preciso, em simultâneo, georreferenciar, para posterior comunicação aos CTT. -----

Sobre o boato, mexericos, facebook ou instagram, como esse de acabar com o mercado do Queijo, disse não estar aqui para isso, reservando-lhe o direito de nem sequer comentar, e lembrou que foi uma Câmara de maioria PSD quem criou tal evento. Não faz qualquer sentido tal dito. -----

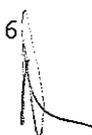
Respondendo à deputada **Marta Ramos**, disse ter gostado de ver a sua participação na villa Romana de São Simão, no dia das comemorações dos sítios e monumentos nacionais, assim como de ouvir as palavras ditas. Está tudo tapado mas já foram descobertos imensos mosaicos o que despertou imensa curiosidade e atenção pela parte da comunidade académica e científica que já reconheceram o interesse. -----

Respondendo ao deputado **João Pires**, disse não ter participado no trail da Rota da broa, pois não gosta de perder e, em jeito de brincadeira acrescentou que quando o colega de Penacova participa não se atreve, pois não estava em forma. Esteve lá presencialmente e foi um fim-de-semana muito mobilizador pois decorreram vários eventos.-----

Sobre a gestão da faixa de combustíveis informou que ainda hoje assinou mais de três dezenas de ofícios, notificando particulares para o efeito estando a ser cumprido o procedimento. Está decorrer uma empreitada que tem que ser interrompida em função das condições atmosféricas. A Equipa de Proteção da Natureza, que tem andado no terreno, faz a identificação das pessoas para serem notificadas. É-lhes dado um prazo para o fazerem e, se não o fizerem a Câmara substitui-os-á, enviando depois a conta. Informou ainda, estar a ser protocolado com o serviço de Finanças o processo para obter os valores de cobrança coerciva. -----

Sobre a questão da transformação da casa onde nasceu o Dr. António Arnaut, em casa museu, referiu que após o falecimento do mesmo, falou com o filho mais velho, Dr. António Manuel Arnaut, e lhe ter dito que gostava de, enquanto Presidente de Câmara, fazer alguma coisa na casa onde o mesmo teve o seu primeiro escritório, que sabe estar no mesmo estado em que o deixou e onde possui um espólio interessante. Era onde recebia as pessoas que vinham de toda a região. Opinião contrária teve o filho que lhe disse não querer lá nada.-----

Interrompeu o deputado Mendes Lopes dizendo que a casa de que falou não é na Cumieira nem o seu escritório mas sim onde nasceu, ao que o Presidente da Câmara respondeu que, o Dr. António Arnaut, sempre lhe disse que gostaria de ser recordado como advogado. Desconhece se alguma vez





teve escritório na casa onde nasceu. Se havia alguém que conversava muito com ele, era ele mesmo daí a sua perspetiva sobre o assunto. Atualmente quem faz uso da casa é a sua filha Paula Arnaut que, pelo contrário, acha importante que lá se fizesse alguma coisa associada ao pai. Trata-se de um assunto que poderá começar a ser tratado com a família e perguntar-lhe onde, quanto e como querem.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** concluiu o assunto dizendo que será uma ideia a amadurecer e que seria importante, dado tratar-se de uma questão muito interessante a ver e estudar com a família.-----

Continuando, o **Presidente da Câmara**, relativamente ao assunto colocado pela deputada **Sará Marmé** disse achar que a Lei deveria ir mais longe e alargar o projeto ao resto do país. Somos dos dez Municípios piloto aquele que tem a propriedade mais fracionada, o que complica e em nada ajuda. É um trabalho difícil, que vai demorar mas que tem de ser feito.-----

ORDEM DO DIA

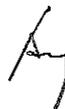
Da convocatória para esta sessão constava a ordem de trabalhos que abaixo se discrimina:

Ordem de Trabalhos:

1. Apreciação de informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município;
2. Informação Financeira;
3. Sico informação, S.A._ Concelho Consultivo _ nomeação de representante.
4. Transferência de competências para as autarquias locais no domínio da Educação
5. Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e infrações Conexas. Relatório de Execução.
6. Documentos da Prestação de Contas do Exercício de 2018.
7. Modificação dos Documentos Previsionais _ 1ª. Revisão.

PRIMEIRO PONTO – **Apreciação de informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município:** Para se dar início a este ponto da Ordem de Trabalhos, o **Presidente da Mesa** concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, que por sua vez referiu, relativamente ao ponto um, ter a informação constante da documentação sido entregue aos deputados, pelo que pouco mais tem a acrescentar, mostrando-se disponível para prestar os esclarecimentos que lhe foram solicitados. -----
Disse pretender deixar apenas três notas. A primeira relativa às comemorações do 25 de abril, para dar conta do orgulho, pela forma simples de se conseguir comemorar, sem fanfarronices e de forma sentida uma data tão importante, na casa de pessoas que acreditam no nosso território, manifestado o seu compromisso através de um complexo privado em prol da comunidade e da terra. A família Oliveira Guimarães merece este destaque daí, reconhecemos ser oportuno a escolha daquele espaço para as comemorações e o conhecermos.-----





Sobre os estragos provocados pelos javalis, veados, corsos no nosso território disse ter tido ontem uma reunião alargada, no Hiese, que contou com a presença das associações de caçadores do Distrito, vários técnicos do ICNF e comissões de agricultores. Obviamente que se terá de fazer alguma coisa, não havendo receita, para que não continuem estes prejuízos para com os agricultores, a quem não se consegue dar resposta. Disse incluir-se no lote daqueles que não tem uma resposta para dar aos agricultores, assim como compreender que as associações de caçadores também o não têm. Alguém tem de nos ajudar a resolver este problema. Os recursos cinegéticos merecem algum cuidado. Ao menos que o ICNF ajude as associações de caçadores a dar informação. Houve duas pessoas da Assembleia Municipal que estiveram lá e de tudo o que se passou não houve qualquer animosidade da parte dos agricultores para com as instituições locais mas sim contra o ICNF, vindo de Lisboa. -----

- Na próxima quinta feira, dia dois de maio, vai-se realizar a eleição para a direcção da CIM Região de Coimbra, dado o seu Presidente, Dr. João Ataíde, ter aceite o cargo para secretário de Estado do Ambiente, deixando o lugar vago. Brevemente será conhecido o próximo Presidente da CIM, tudo levando a crer que será o Dr. Alexandrino, que é presidente de Câmara em Oliveira do Hospital, que era o Vice-Presidente. -----

SEGUNDO PONTO - **Informação Financeira:** Sobre a informação financeira, referiu nada haver de relevante sendo que a documentação enviada revela claramente a saúde financeira e a consolidação das boas contas municipais. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

TERCEIRO PONTO - **Síco formação, S.A.- Eleição de representante:** Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi feita a apresentação do ponto em epígrafe dando conta que o Município de Penela é coproprietários da Sicó Formação, cumprindo à Assembleia Municipal indicar um representante. De seguida deu a palavra aos deputados, pedindo-lhe que fossem propostos nomes para representação naquele órgão. -----

O deputado **Emídio Domingos**, começou por explicar que tal imperativo surge porque, a pessoa anteriormente eleita terminou o seu mandato, havendo necessidade de ser substituído. Explicou que o Conselho Consultivo é um órgão que tem muita importância embora não reúna muitas vezes. Não existem muitas escolas com estas características, o ter vários municípios envolvidos. Na altura foi pioneira. Pretende-se que seja uma entidade una, embora tenha três polos, sítos em três Municípios diferentes. Feitas as suas considerações e na qualidade de líder de bancada, propôs o nome da deputada Anabela Faria Monteiro. -----

O **Presidente Assembleia Municipal** perguntou se mais alguém pretendia usar da palavra. -----





Handwritten signature or mark.

Não havendo mais propostas procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, tendo sido eleita por maioria, com dezasseis votos a favor e três votos em branco a Deputada Anabela Faria Mendes Monteiro, como representante da Assembleia Municipal no Conselho Consultivo da Sicó Formação, SA.. -----

QUARTO PONTO - Transferência de competências para as autarquias locais no domínio da Educação: Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi presente a proposta apresentada pela Câmara Municipal, cujo conteúdo adiante se transcreve, dando a palavra ao Presidente da Câmara, para que procedesse à apresentação do ponto em epígrafe. -----

“PRONÚNCIA SOBRE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NA EDUCAÇÃO -----

A lei n.º 50/2018, de 16 de agosto estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais.-----

Todavia, é com a publicação do Decreto-lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro que se concretiza a transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação.-----

O artigo 69º, no n.º1 estabelece para a tutela, o prazo de envio dos mapas de informação financeira e património a transferir. Outrossim, no n.º2 do mesmo artigo, indica-se o prazo de pronúncia das câmaras municipais sobre o teor dos mapas em causa.-----

Cumprido os prazos estabelecidos nos artigos 50º, n.º 4 e 69º, n.º2, cabe-nos então pronunciar sobre o projeto de mapas que nos foi remetido e que identifica os montantes financeiros **estimados**¹ e associados ao exercício anual das competências a transferir. -----

Com efeito da nossa análise, resulta a tabela síntese abaixo:-----

Município de Penela					Observações
Mapa I Pessoal não docente	23 AO+7 AT+3 C=33	Tranf. IGeFE: 341.379, 99€		Estimativa 2019: 358.035,14€	Os valores não coincidem com as contas de gerência 2018 do AEIDP: 368.072,98€
Mapa II Apoios alimentares	Leite escolar: 5.138,76€	Programa Gene. refeições 3.944,00€	Famílias: 93.581,19€	Total estimado apoios alimentares: 102.663,95€	As competências/despesas previstas mas não estimadas constam do artº33ºao 35º. Não se restringem ao refeitório escolar.
Mapa III Transportes escolares	0,00€				Já suportados pelo município e insuficientemente comparticipados pela tutela.
Mapa IV Escola a tempo inteiro	AAAF: 58.387,11€	CAF. 0,00€	AEC: 18.100,03€	Total estimado comparticipação: 76.487,14€	As despesas com os recursos nas AAAF, CAF são suportadas pelo município. Só as AEC o município suporta: 60 000,00€/ano
Mapa V Encargos com instalações	Encargos das instalações (água, eletricidade, combustíveis e Comunicações): 45.100,00€	Limpeza, higiene e material de escritório: 6.051,00	Verba atribuída conservação (artº 67, º2): 20.000,00€	Total estimado Instalações: 71.151,00€	Os valores consignados nos mapas são muito inferiores ao total depreendido, para estas rúbricas, nas sucessivas contas de gerência do AEIDP. Ex: a verba estimada para

Handwritten signature or mark.



					Conservação foi largamente superada no corrente ano letivo: 78 263,58€
Decreto- Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro: total estimado de Transferências				608.337,23€	

Tabela1_ Mapa das transferências

Creemos que se pretende, com o novo quadro de competências das autarquias locais e das entidades intermunicipais em matéria de educação, corrigir desigualdades e assimetrias locais e regionais bem como agilizar a tomada de decisões numa lógica de proximidade. -----

Percebemos, numa leitura mais atenta do Decreto-Lei n.º 21/ 2019, de 30 de janeiro e dos mapas recebidos, que não são referidas muitas das despesas que constam dos relatórios de contas do AEIDP, e que seguramente irão pesar no orçamento municipal aquando da assunção das competências.-----

O cálculo das estimativas com base do Programa Orçamental 11 (Educação) no ano 2018-----

Aconselha-nos a prudência que a desejada transferência de competências seja zelosamente implementada, com uma lógica racionalmente progressiva, por forma a garantir o êxito que todos almejam.-----

Em consonância com os municípios da CIM-RC, porque neste momento não estão reunidas as condições necessárias, em conformidade com o n.º 2 do Artigo69º, do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, propomos a não aceitação da transferência de competências no âmbito da Educação.-----

Sendo em 2021, a assunção destas competências, uma certeza. Sugere-se, por maioria de razão, que se providencie: -----

1. Uma auditoria às contas do AEIDP;-----
2. Vistorias especializadas aos edifícios a transferir (blocos que albergam os 2º e 3º CEB, refeitório, balneários exteriores e pavilhão gimnodesportivo);-----
3. Clarificação objetiva das despesas e dos valores atinentes aos recursos e às competências a transferir.-----
4. A necessária preparação e reorganização do quadro, serviços e orgânica do Município, com a previsão de **integração de mais de 33 recursos humanos** (+30% do efetivo funcional atual), com os adicionais impactos organizacionais, laborais e orçamentais associados;-----
5. A revisão da Carta Educativa (em preparação). -----

O Presidente da Câmara começou por lembrar que, na última sessão da Assembleia Municipal se havia adiado a pronúncia sobre o ponto em epígrafe, para a presente sessão, dado o período de prorrogação do prazo. Deu conta que a Câmara Municipal já tem toda a informação e que, conjuntamente com o agrupamento de escolas fizemos o trabalho. Centrando-nos na questão financeira existem desfasamentos enormes, designadamente nos mapas de pessoal. Apesar de só considerarem trinta e três funcionários, quando são mais, e mesmo na contabilização destes trinta e três funcionários a estimativa que dão para 2019 e de 358.000.00 sendo que o valor que está previsto



é superior. Só aqui é enorme a diferença. Também sobre os apoios alimentares, atividades pré-escolar, AEC'S existem um diferencial enormíssimo. Termina referindo-se à verba ridícula que está prevista atribuir a todos os Centros Escolares, de vinte mil euros para conservação, o que é manifestamente pouco. Houve reunião com todos os Múncipes da CIM e foi deliberado por unanimidade, vetar a decisão desta transferência de competências na área da Educação. ----- Nesse sentido, fez presente a proposta transcrita, dizendo serem os motivos invocados aqueles que levaram a Câmara Municipal a propor a rejeição. ----- De seguida foi dada a palavra aos deputados, para que se manifestassem sobre o assunto. ----- Usou da palavra a deputada **Anabela Monteiro**, só para dizer estar inteiramente de acordo com a proposta de rejeição, tendo já manifestado, em sessão anterior, a sua apreensão sobre o assunto, dado ser conhecedora de algumas situações que se passam atualmente nas escolas. ----- O deputado **Mendes Lopes**, é da opinião que as Câmaras Municipais, embora desconhecendo qual vai ser a decisão de todas e embora perceba o impacto que vai ter a transferência, quer ao nível dos recursos humanos, quer ao nível das infra-estruturas, vão ter de assumir tais competências, obrigatoriamente, tendo de pensar como se adaptar. Não será só em 2020 que o terão que fazer, senão irão ter o mesmo problema. Acha que deveriam olhar para a questão de uma maneira diferente. Ainda que não assumam as transferências, começarem a criar uma estrutura capaz de interagir com as escolas, no sentido de preparar a assunção destas competências, caso contrário depois de forma impreparada caem-nos em cima e estaremos no ponto "zero". Insistiu para que a Câmara Municipal se prepare pois tais competências de grande responsabilidade e trabalhosas e que inevitavelmente irão acontecer. Deve-se trabalhar internamente e conjuntamente com o Agrupamento de Escolas, criando um grupo de trabalho com vista à preparação da transição dessas competências. Deixa essa sugestão, caso as mesmas não sejam aceites. ----- O **Presidente da Câmara Municipal** informou do trabalho que já decorre para essa intervenção. Por isso é que já estão previstas recomendações para nos podermos adaptar. ----- Não havendo mais pedidos para intervir foi o assunto colocado à votação tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, com sete abstenções do Partido Socialista, aprovar a não aceitação da transferência de competências na área da educação, conforme proposta da Câmara Municipal. -----

QUINTO PONTO - Plano e Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de corrupção e infrações conexas. Relatório de Execução: Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara, que deu conhecimento do relatório de execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, do qual adiante se transcreve um excerto, complementado com algumas informações adicionais, relativas a ações tomadas para a prevenção do mesmo. -----

1. Introdução -----



A Lei nº 54/2008, de 4 de setembro, criou o Conselho de Prevenção da Corrupção, que tem como objetivo desenvolver uma atividade de prevenção da corrupção e infrações conexas.-----

O Conselho de Prevenção da Corrupção deliberou, através da Recomendação nº 1/2009, de 1 de julho, publicada na 2ª série do DR nº 140, de 22/07/2009, que “os órgãos dirigentes máximos das entidades gestoras de dinheiro, valores ou património públicos devem elaborar planos de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas, sendo estes planos sujeitos a acompanhamento mediante a elaboração de um relatório sobre a sua execução”.-----

Nesse sentido foi aprovado em reunião da Câmara Municipal de Penela de 07/12/2009 e em reunião da Assembleia Municipal de 22/12/2009, o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas (PPRGCIC) do Município de Penela.-----

A monitorização do PPRGCIC foi efetuada tendo por base as atividades e as medidas constantes do Plano.-----

2. Metodologia-----

O presente Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de corrupção e infrações conexas (PRGCIC) foi elaborado com base na observação, compilação e organização de toda a informação disponível.-----

2. Compromisso Ético-----

Para além das normas legais aplicáveis, as relações que se estabelecem entre os membros dos órgãos, os funcionários e demais colaboradores do município, bem como no seu contacto com as populações, assentam, nomeadamente, num conjunto de princípios e valores, cujo conteúdo está, em parte, já vertido na Carta Ética da Administração Pública publicada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 47/97, de 22/06/2009.-----

A saber:-----

- Integridade, procurando as melhores soluções para o interesse público que se pretende atingir;-----
- Comportamento profissional;-----
- Consideração ética nas ações;-----
- Responsabilidade social;-----
- No exercício de atividades externas que possam interferir com o desempenho das suas funções no Município ou criar situações de conflitos de interesses;-----
- Promoção, em tempo útil, do debate necessário à tomada de decisões;-----
- Respeito absoluto pelo quadro legal vigente e cumprimento das orientações internas e das disposições regulamentares;-----
- Manutenção da mais estrita isenção e objetividade;-----
- Transparência na tomada de decisões e na difusão da informação;-----
- Publicitação das deliberações municipais e das decisões dos membros dos órgãos;-----



7

- Igualdade no tratamento e não discriminação;-----
- Declaração de qualquer presente ou benefício que possam influenciar a imparcialidade com que exercem as suas funções. -----

4. Divulgação e Formação o do PPRGCIC-----

Para que pudesse ser dado cumprimento às medidas propostas no PPRGCIC, mas fundamentalmente numa perspetiva de melhoria contínua dos serviços do Município através do desempenho profissional dos seus colaboradores, foi estimulada a frequência de diversas ações de formação com temáticas específicas, nomeadamente: -----

- Contabilidade -----
- Urbanismo e Ordenamento do Território-----
- Contratação Pública -----
- Gestão de Recursos Humanos-----
- Saúde e Ação Social -----
- Educação -----
- Turismo e Cultura-----

No ano de 2018 foram ministradas 229,5 horas de formação a 48 participantes -----

Ação de Formação	Duração (Horas)	Nº Participantes	Total de horas
Transição Aplicacional do Pocal <SNC-AP/Contabilidade	14	2	28
Transição Aplicacional do Pocal <SNC-AP/Património	7	2	14
Transição para o SNC-AP	8	1	8
Contratação Pública	8	1	8
Certificação Motorista de transportes coletivos de crianças	3	21	63
Certificação qualificação de Motoristas	4	35	140
As implicações do OE para 2018 no regime do Emprego público: articulação entre a LOE e a LTFP	1	7	7
ISSO 9001:2015	7	2	14
MyDoc Win – Gestão Documental: Utilizadores Regulares	3,5	38	133
Lei do Orçamento de Estado de 2018 – implicações e de Gestão nas AL e outras entidades da Administração local	7	2	14
Regulamento Geral de Proteção de Dados	7	8	56
V congresso Nacional de Serviço Social	14	2	28
Novas Normas Europeias para o espaço de jogo e Recreio-Oque muda na prática?	7	4	28
4º Encontro Regional de Técnicos de Turismo	14	1	14
Fiscalização Municipal de Operações Urbanísticas no âmbito do RJUE	14	2	28
Princípios Gerais do Regime de Contratação Pública	7	2	14

13



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
PENELA



Condução e operações com o trator em segurança (COTS)	50	4	200
Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade de Comércio e Restauração (RJACR)	3	2	6
Registo de Cidadãos da União Europeia	7	2	14
Sensibilização sobre os Novos Req das Obras particulares (alteração legislativa)	1	3	3
Circular + Potenciar as Compras Públicas na CIM Região de Coimbra	7	2	14
Circular+ Potenciar as Compras Públicas na CIM Região de Coimbra	14	2	14
1 Conferência do Município de Alvaiázere para a eliminação da violência contra as mulheres	7	1	7
Primeiros Socorros	25	2	50
TOTAL		147	905

Não menos relevante para a prossecução das metas do Plano foi, no âmbito da Consolidação do Sistema de Gestão da Qualidade, a renovação da certificação ISSO 9001: 2015 dos serviços municipais (certificação de Conformidade APCER nº 2010/CEP .3603, emitido em 11-9- 2018 e válido até 10- 09- 2021 e Certificado IQNeT - Internacional Certification Network (Certificado PT-2010/CEP .3603), emitido em 11-9- 2018 e válido até 10-09-2021. -----

.../ -----

Conclusão-----

O Relatório que aqui se apresenta, reportado a 31 de dezembro de 2018, tem como intento aferir a avaliação e os resultados obtidos das medidas constantes do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas (PPRGIC), aprovado pelo executivo municipal em 09/12/2009 e pela Assembleia Municipal em 22/12/2009. -----

Previamente a qualquer avaliação é forçoso destacar que se trata do primeiro Plano de Prevenção de Riscos de Gestão do Município, devendo por isso mesmo ser entendido como um instrumento de gestão que é ainda muito novo, mas simultaneamente dinâmico porque em permanente construção e sujeito a contínuo aperfeiçoamento. -----

O que este relatório pretende – para além de aferir o cumprimento das propostas, então apresentadas, no ano de 2018 – é continuar uma reflexão, que se deseja ativamente participada, sobre o seu grau de eficácia e a sua adequação a uma realidade que está em constante mutação. Auscultando o relatório que antecede, constata-se que o grau de execução das medidas propostas não é homogéneo, o que merecerá certamente um olhar atento sobre as causas para o não cumprimento de algumas medidas, desde logo quanto á manutenção ou extinção do risco então identificado. -----

Houve uma clara preocupação de reforçar as competências dos colaboradores nas áreas de atividade mais sensíveis e mais sujeitas a pressões e a constantes alterações do respetivo regime jurídico, como sejam, só a título de exemplo, as áreas de Finanças e Contabilidade, Ordenamento do Território



A

e Gestão Urbanística, das Compras Públicas e da Gestão Documental, mas também ao nível do Atendimento ao Público ou da Higiene e Segurança no Trabalho. -----

O controlo contabilístico, financeiro e patrimonial está claramente consolidado com a aplicação do Regulamento de Controlo Interno aprovado em 2014, enquadrando um vasto conjunto de procedimentos nomeadamente ao nível dos fluxos contabilísticos de realização de despesa e arrecadação de receitas -----

Finalmente, uma área fundamental para possibilitar uma leitura económico-financeira em tempo real, indispensável para a tomada de decisões de gestão, como é a Contabilidade por Centros de Custos, apesar da falta de recursos humanos, conheceu importantes desenvolvimentos que permitiram iniciar a implementação prática desta importante ferramenta de gestão a partir de 1 de janeiro de 2019. -----

Ao nível da contratação pública, foram genericamente reforçadas e consolidadas algumas medidas de prevenção de risco, nomeadamente: -----

- a) A centralização da aquisição de bens e serviços no Aprovisionamento; -----
- b) O aperfeiçoamento e generalização do uso da “Ficha de Necessidades” para melhor acompanhar a justificação e fundamentação de cada despesa; -----
- c) A utilização de uma Plataforma Eletrónica de Contratação Pública para a tramitação de todos os procedimentos pré-contratuais de compras públicas, com exceção dos ajustes diretos simplificados; -----
- d) A consolidação do princípio da subordinação de realização de cada despesa à verificação do competente cabimento, da existência de fundos disponíveis e do conseqüente registo do respetivo compromisso. -----

Muito para além do número de medidas implementadas, o PPRGCIC reforçou a ambiência para que os princípios éticos e da boa gestão fossem permanentemente reconvocados e reforçados nas práticas correntes da gestão autárquica, para além de alertar para a necessidade de haver um constante controlo das atividades desenvolvidas. -----

Por força da constante evolução do contexto económico, jurídico, humano e tecnológico que entretece finamente a atividade municipal, em 2019 deverá iniciar-se o procedimento de revisão do PPRGCIC de molde a acolher os novos contextos e reforçar a objetividade indispensável à pré-identificação dos riscos e à conseqüente antecipação das correspondentes medidas que conduzam à sua anulação ou, no mínimo, à sua atenuação ou minimização.”-----

Após a intervenção do Presidente da Câmara Municipal, o Presidente da Assembleia concedeu a palavra aos deputados. -----

Tomou a palavra o deputado **João Pires**, referindo que o Presidente ficou muito confiante com o relatório e ele muito preocupado. Analisou o relatório e os mapas anexos, concluindo que na parte final e relativamente ao relatório se verificam algumas fragilidades. O que o deixa preocupado é a conclusão do relatório, porque saímos de um relatório, que talvez seja o real da situação e passamos

[Handwritten signature]



para o país das maravilhas. Deixa-o preocupado o facto de, quando alguém, faz uma conclusão sobre um relatório e apenas vê as partes boas do mesmo, quando há claras fragilidades identificadas. -----
A Assembleia Municipal tomou conhecimento do teor do relatório supracitado. -----

SEXTO PONTO – Documentos da Prestação de Contas do Exercício de 2018: Foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara, pedindo-lhe que fizesse a apresentação do ponto em epígrafe. -----

O Presidente fez presente para análise e discussão o Relatório de Gestão respeitante ao ano de dois mil e dezoito. -----

Referiu que o presente relatório de gestão, referente ao ano de 2018, constitui, antes de mais, o cumprimento da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, de levar ao conhecimento dos órgãos colegiais do Município um retrato fiel do desempenho da gestão municipal, conforme estabelecido no ponto 13 do Plano Oficial da Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), publicado no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro. Por outro lado, a Resolução n.º 4/2001 e a Resolução n.º 4/2004, alterada pela Resolução n.º 6/2013 – 2ª Secção, do Tribunal de Contas, no Quadro Anexo I, quando elencam os documentos de prestação de contas das Autarquias Locais, definem o Relatório de Gestão como o documento n.º 28, especificando que o mesmo deve ser remetido àquela entidade, independentemente do volume das Receitas ou das Despesas registadas durante o ano. -----

Pretende-se que este Relatório constitua um complemento da informação disponibilizada nos documentos contabilísticos e um instrumento de apoio à gestão autárquica, pela possibilidade de, rapidamente e de forma simples, se visualizarem as informações que se julgam suficientes à avaliação global do desempenho do Município, tanto no domínio orçamental, como económico e financeiro, mas sobretudo ao nível da ação. -----

*Pretende-se ainda, deixar o testemunho de um vasto conjunto de informações capazes de habilitar os Excelentíssimos Senhores Vereadores e Membros da Assembleia Municipal, bem como restantes Munícipes que, não tendo conhecimentos aprofundados de contabilidade autárquica, pretendam formular uma ideia da ação do seu município, através do que se julga ser um importante meio de análise de resultados e verificação do grau de eficiência e eficácia da afetação dos recursos aos objetivos realizados, bem como a interiorizarem a complexa realidade da atividade desenvolvida.-----
Este documento é parte integrante da prestação de contas de 2018.-----*

Após as considerações efetuadas pelo Presidente da Câmara, o **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra aos Deputados.-----

Usou da palavra o deputado **João Paz**, que começou por dizer não pretender tirar a razão ao Presidente da Câmara sobre o que especificou relativamente às contas, no entanto não pode deixar de frisar que, a execução do orçamento ficou abaixo das expectativas de qualquer orçamento. As regras indicam que, deve haver uma execução da receita e da despesa no mínimo de oitenta e cinco por



cento e, a verdade é que, ou se deu um passo maior do que a perna na feitura do orçamento ou qualquer coisa se passou, porque a execução tem como máximo de receita sessenta e tal por cento e de despesa setenta e tal por cento. Isto viola uma regra que não sou eu que imponho, de feitura de orçamento, alguma coisa correu mal. No global alguma coisa correu mal. Foi feito o orçamento previsional que não se conseguiu cumprir no mínimo de oitenta e cinco por cento. Houve um preceito que não se conseguiu cumprir.-----

A deputada **Adriana Santos**, dando continuidade ao que foi referido pelo Presidente da Câmara, disse ser de extrema importância lembrar que a execução orçamental dos últimos anos do município, respeitou a regra do equilíbrio orçamental, centrado na correspondência da receita corrente e despesa corrente, originando saldos correntes positivos, o tão famoso “superavit” (diferença positiva entre as receitas e as despesas).-----

É de elevada relevância referir que a dívida global diminuiu, o prazo de médio de pagamentos também diminuiu, não existem pagamentos em atraso a 31 de dezembro, tudo indicadores dos bons caminhos e das boas decisões que têm sido tomadas pelo nosso Município.-----

Em forma de conclusão, quero dar os meus parabéns ao Município, mais concretamente à contabilidade pela qualidade e clareza do relatório de contas, e assim como ao Município pela “saúde financeira” do mesmo, e esperar que os resultados se mantenham, ou ainda melhorem.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara**, para responder ao deputado João Pires, dizendo que não se deu um passo maior que a perna. Explicou que, a Câmara Municipal para se poder candidatar a determinado programa tem que ter cabimentado e comprometido em orçamento a rubrica criada e o cabimento da despesa, caso contrario a candidatura não é aceite. Tal reflete-se nos documentos e acarreta consequências para o Município. Resvalou-se em cerca de um milhão de euros em obra não executadas, trazendo consequências para o equilíbrio. Estas variáveis e factores exógenos não são controláveis.-----

Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente assunto colocado à votação, tendo a Assembleia Municipal, ao abrigo da competência expressa na alínea l) do nº. 2 do artº. 25 da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, aprovado por maioria, com sete abstenções dos deputados do Partido Socialista, o Relatório de Gestão e documentos de Prestação de Contas relativos ao ano económico de 2018, bem como o Relatório de Fiscalização da Sociedade de Revisores Oficiais de Conta. -----

A deputada **Maria Fernanda Simões**, ausentou-se da sala.-----

7. MODIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS - 1ª. REVISÃO. Foi solicitada a intervenção do Presidente da Câmara para proceder à apresentação do ponto em epígrafe. Pelo mesmo foram explicados os motivos e as necessidades que justificaram a revisão, nomeadamente reforços e anulações em algumas rubricas.-----



Após a intervenção do Presidente da Câmara Municipal, o Presidente da Assembleia concedeu a palavra aos deputados, não se registando intervenções.-----

A Assembleia Municipal, em conformidade com a competência prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma Lei aprovou, por maioria, tendo havido cinco abstenções de deputados do Partido Socialista.-----

Encerrada a ordem de trabalhos e, **excepcionalmente, o Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra ao deputado **Emídio Domingues**, que deu conta do programa da ETPSicó, que vai na vigésima segunda edição da *semana aberta* onde vão acontecer vários eventos. Neste sentido convidou todos os presentes, nomeadamente para o almoço pedagógico, que terá lugar na próxima terça feira e para as atividades de quarta feira, durante a tarde.-----

A deputada **Adriana Santos**, como antiga aluna daquela escola, referiu ser de extrema importância para os alunos a participação dado ser esta uma porta aberta para a comunidade e dado tratar-se de um momento de convívio com os alunos, sendo muito gratificante.-----

Não havendo público presente e cumpridas as formalidades, o Presidente deu por terminada a sessão, encerrando os trabalhos quando eram dezanove horas e quarenta minutos, depois de aprovada a presente ata em minuta, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Maria Leonor dos Santos Carnoto, que a redigi.-----

O Presidente da Assembleia,

(Fernando dos Santos Antunes, Dr.)

O Técnico Superior,

(Maria Leonor dos Santos Carnoto)